



Crescimento econômico na fronteira e dinâmica urbana na Amazônia: uma abordagem histórica

Economic grow at the border and the urban dynamic in the Amazon of Pará: a historical approach

David Ferreira Carvalho - Pós-Doutor em Economia pela UNICAMP e Doutor em Economia pela UNICAMP. Professor-pesquisador do Departamento de Ciências Econômicas e do Mestrado em Economia do Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: david.fcarvalho@yahoo.com.br

André Cutrim Carvalho - Doutor em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP. Professor-pesquisador do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: andrecc83@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é traçar uma análise histórica dos efeitos de inserção da Amazônia paraense no contexto internacional e nacional, por intermédio das ações das políticas de *articulação internacional* e de *integração nacional* sobre a formação socioespacial do estado do Pará, principalmente, dando destaque ao processo de urbanização. A periodização adotada para descrever e analisar o processo de ocupação do espaço-território da economia paraense não segue o critério dos tradicionais ciclos de produtos, tais como o ciclo das drogas do sertão, borracha, pecuária e mineração, mas sim o critério da identificação das principais características dos padrões de ocupação e desenvolvimento econômico no espaço socioeconômico, que envolve determinações à formação do mercado nacional e do mercado internacional, com a mediação do Estado.

Palavras-chave

Análise histórica. Políticas de articulação internacional e de integração nacional. Formação socioespacial do estado do Pará. Padrões de ocupação e desenvolvimento econômico.

Abstract

The aim of this paper is to outline a historical analysis of the effects of insertion of the Amazon in Pará in the international and national actions through international coordination of policies and national integration on the socio-spatial formation of the State of Pará, mainly focusing about the process of urbanization. The periodization adopted to describe and analyze the process of space-occupying territory of Para economy does not follow the criteria of the traditional product life cycles, such as the cycle of drugs from the interior, rubber, livestock, mining, but the criterion of identifying the key characteristics of the patterns of settlement and economic development in the socio-economic determinations involving the formation of domestic and international market with the mediation of the state.

Keywords

Historical analysis. International coordination and national integration. Socio-spatial formation of the State of Pará. Settlement patterns and economic development.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste ensaio é esboçar uma análise histórica dos efeitos da inserção da Amazônia paraense no contexto internacional e nacional, em seus traços gerais, por meio das ações das políticas de *articulação internacional* e de *integração nacional* sobre a formação socioespacial do Pará, com destaque ao processo de urbanização. Cabe assinalar que se emprega a expressão *articulação comercial* da Amazônia com o mundo europeu para caracterizar a fase conhecida por exclusivo metropolitano português, quando os produtos extrativos vegetais coletados eram exportados para o exterior. A fase da articulação comercial cobre o período colonial da economia das “drogas do sertão” até o período republicano do auge, crise e decadência da economia da borracha. Depois vem a fase da *integração comercial*, com o intercâmbio comercial da Amazônia com o resto do país, que vai da independência até o final de 1940. A partir da década de 1950, começa a busca pela integração nacional, sob a mediação do Estado nacional, com a fase da integração produtiva (industrial), que vai até o final de 1985. Por fim, com a Nova República e a globalização produtiva e financeira do mercado mundial, começa a fase da *integração competitiva*, que vai aumentar as relações comerciais e econômicas da Amazônia com o resto do mundo.¹

A periodização adotada para descrever e analisar o processo de ocupação do espaço-território da economia paraense não segue o critério dos tradicionais ciclos de produtos – ciclo das drogas do sertão, ciclo da borracha, ciclo da pecuária e ciclo da mineração – mas sim o critério da identificação das principais características dos padrões de ocupação e desenvolvimento econômico no espaço socioeconômico – articulação comercial internacional, integração comercial, integração produtiva ou industrial e a integração competitiva – que envolvem determinações à formação do mercado nacional (fatores internos) e do mercado internacional (fatores externos) e a mediação do Estado. Não obstante, a análise pretendida se restringe apenas às fases da integração comercial, produtiva e competitiva. Por isso, buscou-se organizar o presente artigo em três seções: na primeira, busca-se introduzir alguns elementos conceituais da geografia nova; na segunda, busca-se analisar os processos de integração do mercado nacional em suas fases de integração comercial, produtiva e competitiva; por fim, na terceira seção, completa-se a análise examinando as características da urbanização na Amazônia paraense.

¹ Guimarães (1986).

1 A AMAZÔNIA COMO FORMAÇÃO ECONÔMICO-ESPACIAL: CONCEITOS DA GEOGRAFIA NOVA DE SANTOS

A geografia física e a geografia econômica quantitativa têm como referência para a definição do padrão de ocupação e desenvolvimento regional a ideia de um espaço-território imutável, isto é, não é levada em conta a dinâmica das mudanças espaciais historicamente determinadas. A *geografia nova* toma a dimensão humana como referência, mas dentro do contexto histórico da evolução do modo de produção capitalista, em suas relações sociais e avanço de suas forças produtivas no espaço de produção e circulação de mercadorias entre a economia internacional e nacional. Por isso, talvez, a referência mais indicada para servir de base para descrever o processo evolutivo da base produtiva no espaço-território da economia paraense, sejam os conceitos formulados por Milton Santos (1978) no seu clássico livro “Por uma geografia nova”.

A caracterização dos padrões de ocupação e desenvolvimento da região amazônica pressupõe a existência histórica de um modo social de produção humana historicamente determinada – o modo de produção capitalista. Desde a sua origem na Inglaterra, o modo de produção capitalista erigiu-se com base na propriedade privada – que historicamente se opõe à exploração da natureza pelo homem – e numa relação social de produção, comercialização e distribuição de mercadorias mediadas por intermédio da moeda – que historicamente se opõe à exploração do homem pelo homem – que é organizada num tipo de cooperação realizada com base na divisão do trabalho (que aumenta a produtividade do trabalho), mas que se sustenta na exploração do trabalho alheio, opondo, assim, os interesses entre a classe capitalista (possuidora dos meios de produção) e os trabalhadores (que possuem apenas a sua força de trabalho).

É neste contexto histórico que se pretende explorar alguns dos diversos ensinamentos legados por Milton Santos, para situar o recente processo histórico da ocupação humana e do desenvolvimento econômico na Amazônia brasileira, em particular na Amazônia paraense. Na visão de Santos (1978), o ato humano de produzir produtos é igualmente um ato de produzir *espaço*.² Toda a produção supõe uma intermediação entre o homem e a natureza, por meio das técnicas e os instrumentos de trabalho inventados para produzir de bens e serviços. A atividade de produzir e produzir espaço são dois atos indissociáveis.³ Neste aspecto, Santos (1978) afirma:

² Santos (1978, p.161-162); Santos (1979, p.9-10).

³ Santos (1978, p.162-163); Santos (1979, p.10-13).

De um estágio da produção a um outro, de um comando do tempo a um outro, de uma organização a um outra, o homem está cada dia e permanentemente escrevendo sua história, que é ao mesmo tempo história do trabalho produtivo e a história do espaço [...] as novas atividades exigem um lugar no espaço e impõem uma nova arrumação para as coisas, uma disposição diferente para os objetos geográficos, uma organização do espaço diferente daquela que antes existia.⁴

Toda inovação tecnológica é, de certo modo, revolucionária quanto ao comando da criação de espaço pelo homem. A forma de apropriação dos elementos da natureza pelo homem está sujeita aos tipos de relações de propriedades, que também definem as relações sociais de produção, o que significa que o critério de periodização aqui adotado pressupõe a existência de uma totalidade social em escala planetária, na qual os fatores internos (economia nacional) e externos (economia internacional) e a interação entre eles afetam a forma de ocupação e desenvolvimento de uma região como a Amazônia, com sua herança histórica. Foram as *empresas transnacionais* os vetores responsáveis pelo transplante do modo social de produção e de consumo de massa capitalista para todas as regiões do globo terrestre.

Neste sentido, com a globalização do consumo de massa, a Amazônia paraense se inseriu na divisão internacional do trabalho, como uma região fornecedora de insumos e produtora de bens, com certo grau de elaboração para os mercados nacional e internacional, e ávida consumidora de bens de consumo.⁵ É a partir dessa *totalidade social* que se dá a universalização do modo de produção capitalista em escala planetária, que se pode procurar identificar e analisar os aspectos relevantes que caracterizam os estágios históricos da evolução da Amazônia paraense. Mas, mesmo considerando a importância do conceito de totalidade social, não se pode estudar o todo pelo todo, pois o risco da tautologia estaria sempre presente, e pode-se, sem dúvida, tratar um dos aspectos de uma forma privilegiada. Seria, entretanto, um erro formidável considerar a renda da terra, ou a forma tomada pela mais-valia, ou a expressão geográfica da luta de classes, ou o papel ideológico da arquitetura e do urbanismo etc., como se cada uma dessas categorias não se apresentasse como o que ela realmente é, quer dizer, um momento histórico da realidade total, isto é, uma estrutura subordinada e autônoma ao mesmo tempo; autônoma pelo fato de estar dotada de determinações que lhe são próprias.⁶

⁴ Santos (1978, 163-164); Santos (1979, p.14-16).

⁵ Santos (1978, p.167-171); Santos (1979, p.16-17).

⁶ Santos (1978, p.194-195).

O conceito de *formação socioeconômica* de Marx se presta para a análise – no âmbito de uma nação ou de uma região – da dinâmica das relações sociais existentes entre os vários modos de produção subordinados ao modo de produção dominante. Santos (1978, p. 191) faz uma interessante observação quando diz:

Quanto às Formações Sócio-Econômicas, podia imaginar-se que essa categoria seria melhor utilizada quando os países fossem dotados de autonomia interna e externa. A verdade, no entanto, é diferente. Quanto, em nosso tempo, os processos propriamente “internos” de produção se externalizam e a produção “exterior” se internaliza, temos como nunca antes, um agravamento das *dependências*, e ao mesmo tempo, as estruturas socioeconômicas nacionais, se [...]

a presença de um Estado (como ator soberano em seu território-nacional) atribui à Formação Socioeconômica um quadro político, jurídico, fiscal, financeiro, econômico e social definidor de uma estrutura orgânica própria do Estado-Nação. Ocorre que o Estado Nacional, para proteger as empresas localizadas em seu território, tem que dispor de um conjunto de mecanismos e instituições para se opor ao poder das empresas transnacionais responsáveis pela globalização do capitalismo contemporâneo em escala planetária. Hoje, o mundo globalizado se apresenta aos seus observadores como algo difícil de compreender, quando desarmados dos ensinamentos históricos legados por Marx.⁷ O Estado Nacional, frente ao processo de globalização do capital, é o único ator capaz de impedir os efeitos destrutivos dos grandes conglomerados industriais sobre a estrutura industrial conquistada pelos países emergentes.

Nas palavras de Santos (1978, p. 192):

“Dominado por um modo de produção, o mundo cria objetos segundo uma certa ordem histórica, uma história que envolve a totalidade dos países. É através de cada Formação Social que se cria e recria, em permanência, uma ordem espacial de objetos que é paralela à ordem econômica, à ordem social, à ordem política, todas essas ordens atribuindo um valor próprio, em particular, às coisas, aos homens e às ações promanando dela. Por isso, a Formação Social constitui o instrumento legítimo de explicação da sociedade”.

A inserção teórica do espaço-território em uma formação socioeconômica gestou o conceito de *formação socioeconômica espacial*. Assim, o conceito de formação socioespacial, criado e desenvolvido por Santos (1978), parece ser adequado para ocupar-se do “espaço humano transformado pelo movimento paralelo e interdependente de uma história feita em diferentes níveis – internacional, nacional, regional e local.”⁸

⁷ Santos (1978, p.192).

⁸ Santos (1978, p.195-1970).

A noção de formação socioeconômica espacial oferece uma ampla possibilidade de perceber a acumulação de capital em suas distintas formas de capital comercial, industrial e financeiro no espaço-território.⁹ Numa formação socioespacial, o espaço-território não é apenas um mero reflexo do modo de produção dominante atual, simplesmente porque é a *memória* dos modos de produção pretéritos.¹⁰ De fato, a atual economia mundial, dominada pelo modo social de produção capitalista, produz e realiza uma diversidade mercadorias e ativos que seguem uma determinada *ordem histórica*, uma história cuja trajetória engloba a totalidade dos países capitalistas. É através de cada Formação Social existente num mundo globalizado que se cria e recria, em permanente mudança das forças produtivas, “uma *ordem espacial-territorial* de objetos que é paralela à ordem econômica, social, política cultural e ambiental – “todas essas ordens atribuindo um valor próprio, particular, às coisas, aos homens e às ações promanando dela”.¹¹

A geografia humana, assim revitalizada por Santos (1978), é uma nova disciplina que estuda as estruturas das formações socioespaciais – por exemplo, a Amazônia paraense – mas tendo em conta que o desigual desenvolvimento das forças produtivas e as mudanças nas relações sociais de produção e de troca se realizam no espaço-território. Em síntese, a *história da produção material e a história do espaço humano* de uma realidade nacional ou mesmo regional completam-se numa única história: a da sociedade capitalista global, manifestada na especificidade histórico-espacial de cada Estado nacional.¹²

2 A INTEGRAÇÃO NACIONAL DA FRONTEIRA DA AMAZÔNIA PARAENSE

A grande depressão dos anos 30 nos EUA, que causou uma crise internacional sem precedentes nas economias nacionais e no comércio internacional dos países da América Latina, é um marco histórico das transformações que iriam ocorrer em todas as regiões brasileiras. A Segunda Guerra Mundial foi importante à superação da crise norte-americana; e a fase seguinte, conhecida como os *Anos Dourados* do capitalismo, não só permitiu a tomada de consciência do atraso em que se encontravam as economias latino-americanas, sobretudo pela CEPAL, como também possibilitou a industrialização

⁹ Santos (1977, p.1977, p.3-13).

¹⁰ Santos (1978, p.145-152).

¹¹ Santos (1978, p.192).

¹² Santos (1978, p. 196-2020).

tardia de alguns países do continente do Sul-Americano. No caso do Brasil, como consequência da industrialização concentrada em São Paulo, o arquipélago de “ilhas econômicas” regionais isoladas enfrentou a invasão dos baratos bens de consumo da indústria paulista.

2.1 INTEGRAÇÃO COMERCIAL DA AMAZÔNIA PARAENSE

O esgotamento definitivo da internacionalização da economia da borracha só veio ocorrer com o fim da Segunda Guerra Mundial. De fato, os “Acordos de Washington” firmados entre Brasil-EUA deram origem ao Programa Emergente do Governo Federal, conhecido como a “Batalha da Borracha”, cujo principal objetivo era aumentar a produção da borracha natural resultante do conflito internacional pelo controle estratégico dessa matéria-prima – que acabou dando uma sobrevida à economia da borracha, sobretudo no Acre.¹³ A presença do governo federal se fez com a criação do Banco de Crédito da Borracha (BCB), empresa bancária constituída com capitais do orçamento público federal, com fundos do governo norte-americano a cargo da empresa Rubber Development Corporation (RDC) e uma pequena parcela de recursos de subscrição privada. O BCB passou a ter o monopólio de compra e venda da borracha natural. Após o término da Segunda Guerra Mundial, em 1950, o BCB foi transformado em Banco de Crédito da Amazônia S.A. (BCA).¹⁴

A partir das sucessivas crises ocorridas nas regiões agroexportadoras de *commodities* agrícolas, como consequência da contração do comércio exterior e do avanço da *industrialização restringida* – que tem curso, grosso modo, entre 1930-1954 – consolidou-se uma *integração comercial*, sobretudo com o fim das barreiras fiscais entre o centro (São Paulo) e as regiões da periferia. A industrialização concentrada no Sudeste, sobretudo no estado de São Paulo, vai se constituir a base material à consolidação de um *mercado nacional* de bens e serviços às empresas paulistas, cuja escala *regional* logo é transformada em empresas de *escala nacional* (MELLO, 1982; CANO, 1985; GUIMARÃES NETO, 1986). Neste contexto, a indústria paulista concentrava escala e tecnologia suficiente para que os seus produtos pudessem competir com vantagens competitivas com as indústrias locais de menor escala e tecnologicamente mais atrasadas, das demais regiões que permaneceram especializadas na produção ou extração de *commodities*, tais como o açúcar, algodão e borracha. Nesse ambiente competitivo, molda-se

¹³ Correa (1967).

¹⁴ Corrêa (2004, p.553-565).

uma nova estrutura produtiva nas demais regiões do Brasil, por conta de uma nova divisão inter-regional do trabalho liderada pela indústria paulista, que ajustou a sua estrutura produtiva, e ao mesmo tempo promoveu a emergência de atividades complementares às suas – ou expandiu outras atividades com vantagens competitivas nas demais regiões (CASTRO, 1971; OLIVEIRA, 1981; CANO, 1985; GALVÃO, 1987; GUIMARÃES NETO, 1993).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o novo ciclo da economia da borracha, tendo como suporte os “Acordos de Washington”, entra em definitiva decadência nos anos 1940. A partir de 1948, a Amazônia paraense sofreu uma prolongada estagnação econômica e um relativo isolamento comercial que durou até o início da década de 1950. Durante esse período, o governo federal não teve uma presença ativa na Amazônia paraense. Não obstante, a partir de 1953 tem-se uma nova forma de atuação do Estado na Amazônia paraense, com a presença do governo federal através da Superintendência de Valorização da Amazônia (SPVEA), localizada em Belém, no Pará. Daí em diante, a SPVEA ficou encarregada de elaborar e executar o “Plano de Valorização Econômica da Amazônia”, que tinha como propósito promover o desenvolvimento da economia por meio do suporte financeiro às atividades dos setores produtivos (agricultura e indústria) e infraestruturais (saúde, saneamento, educação, colonização, comunicação, transporte e energia).

Para viabilizar financeiramente esse plano de valorização foi instituído um Fundo Público da Amazônia – com recurso orçamentário igual a 3% do total dos impostos federais, complementados com igual percentual do total dos impostos dos estados e municípios da Região Norte – com duração de 20 anos. Contudo, a implementação da política regional de valorização da Amazônia, em particular da Amazônia paraense, fracassou porque esses recursos não chegaram a ser transferidos. Mesmo assim, a SPVEA teve um papel importante na supervisão da construção da grande rodovia Belém-Brasília, no financiamento de algumas indústrias locais e na criação de outras importantes instituições como a Universidade Federal do Pará e a Escola de Agronomia da Amazônia.¹⁵ No governo de Juscelino Kubistchek, a construção da rodovia Belém-Brasília foi o mais importante investimento público para a economia paraense, porque rompeu com o seu isolamento econômico com o resto do Brasil.

A importância comercial das cidades de Belém e Manaus, como entrepostos para a venda de produtos rurais, acaba atraindo investidores industriais, que passaram a introduzir as indústrias naturais – ou seja, aquelas indústrias que criavam mercado para as matérias-primas de produtos extrativos

15 Pandolfo (1994, p.48-53).

e agrícolas regionais – que passaram a beneficiar, e mesmo transformar insumos extrativos e agrícolas, a exemplo dos sapatos, capas e botas feitas a partir da borracha natural. Também foram instaladas nessas cidades algumas indústrias artificiais – indústrias que utilizavam bens importados como insumos – de bens de consumo não duráveis, a exemplo da indústria de bebidas e de confecções.¹⁶ Por fim, cabe observar que a formação histórica da estrutura econômico-espacial constituída neste longo período, caracterizava-se por uma hierarquia de cidades comandadas por Belém e Manaus – cidades comerciais que funcionavam como verdadeiros entrepostos comerciais para as cidades do *hitherland*. Depois, essas duas grandes cidades tropicais se transformaram em centros especializados de prestação de serviços e intermediários comerciais financeiros entre as áreas de produção primária e os mercados nacionais e internacionais.¹⁷

2.2 A INTEGRAÇÃO PRODUTIVA DA AMAZÔNIA PARAENSE

Entre 1956-1961, o processo da *industrialização pesada* culmina com a formação do núcleo pesado da indústria brasileira, compreendendo as indústrias pesadas de bens de consumo duráveis e de bens de capital.¹⁸ A constituição do núcleo pesado da indústria brasileira vem acompanhada da formação da grande empresa industrial e da consolidação dos grandes grupos econômicos nacionais (privados e estatais) e a presença da empresa transnacional. Daí em diante, entretanto, tem curso um processo de *integração produtiva*, que se caracteriza pela transferência de capitais industriais do centro econômico (São Paulo) para as demais regiões da periferia nacional (CANO, 1985; GUIMARÃES NETO, 1986, 1993A; DINIZ; LEMOS, 1989; COSTA, 1979; GALVÃO, 1991). A expansão da *urbanização*, como uma consequência da industrialização, ocorre também em todas as capitais do centro polarizador – o Sudeste.

Há um aumento concentrado da demanda por bens e serviços que acaba induzindo, como resposta, um aumento dos fluxos de produção, comercialização e distribuição de mercadorias da periferia para o centro. Por sua vez, o transporte de mercadorias por cabotagem, e depois por meio de rodovias e ferrovias, vai contribuir para que as exportações dos bens industriais do parque industrial paulista conquistem os mercados regionais até então cativos das indústrias artesanais das regiões da periferia.

¹⁶ Castro (1975, p.95-98).

¹⁷ Costa (1992, p.44).

¹⁸ Mello (1982).

A concentração industrial e agropecuária em São Paulo conformou uma estrutura produtiva e comercial ampla e moderna o suficiente para liderar a formação e consolidação do mercado nacional de bens e serviços no Brasil. Na esteira da concentração industrial e da crescente urbanização em São Paulo, seguiu-se uma torrente de fluxos migratórios humanos das regiões periféricas em direção à grande metrópole paulista. Partindo dos estados das regiões nordeste, norte e de Minas Gerais, esses fluxos migratórios vão contribuir para a formação do mercado nacional de trabalho. Por fim, as decisões políticas do Estado nacional foram fundamentais para a alocação espacial dos investimentos públicos na indústria de base e na infraestrutura econômica. Por seu turno, as novas frentes empresariais de investimentos do capital industrial em outras regiões do país visavam capturar espaços econômicos nacionais ou regionais fora dos grandes centros industriais. A disponibilidade de recursos naturais e, principalmente, a atuação do Estado Nacional, com a sua geopolítica de integração nacional, com vistas à constituição de amplo mercado continental, foram os fatores determinantes dessas transferências de capitais que acabaram moldando uma nova divisão inter-regional no territorial brasileiro.

A partir de 1968, com a presença do autoritário regime político-militar, tem início uma nova fase do planejamento governamental (I e II PND) para a continuação da política de integração nacional da economia paraense. A nova estratégia de intervenção do regime militar do governo Garrastazu Médici substitui a política de integração nacional do tipo centro-periferia – uma integração sudeste-norte – por uma estratégia de integração regional do tipo periferia-periferia – integração Norte-Nordeste – por meio da construção da rodovia Transamazônica, ligando o nordeste (João Pessoa-PB), passando por Marabá, Altamira e Itaituba, no sudeste do Pará. A ideia básica dessa política de ocupação era de neutralizar a luta pela reforma agrária no nordeste, conduzida pelas “ligas camponesas”, com a transferência dos “homens sem terras para as terras sem homens”, como ficou conhecido o slogan do governo militar da sua política de ocupação da Amazônia paraense, por meio dos “projetos de colonização agrícola”, para pequenos produtores familiares, ao longo da rodovia Transamazônica e nos municípios de Altamira, Marabá e Itaituba, no Pará. Além dessa política de ocupação, foi criada paralelamente uma política nacional de desenvolvimento regional voltada para a atração de empresários do Sul-Sudeste para a economia paraense, por meio dos incentivos fiscais e financeiros.

Com o II PND, tem início uma nova política nacional de desenvolvimento regional que visava à integração da Amazônia Oriental, sobretudo da economia do Pará, por intermédio da exploração dos seus recursos naturais, através dos

chamados *grandes projetos* agropecuários, industriais, minerais e energéticos. Na formação socioespacial da Amazônia paraense, os projetos industriais sofreram uma forte concorrência por incentivos fiscais e financeiros dos projetos agropecuários e de mineração. No caso da agropecuária paraense, o móvel principal do uso do crédito fiscal-financeiro, além dos gastos de investimento em atividades produtivas, foi a aplicação de recursos na compra e venda de terras para fins especulativos – do que resultou o aumento da grilagem e da violência rural decorrente da luta pela terra no Pará. Ademais, além do baixo grau de internalização da renda e da geração do emprego na economia paraense, as indústrias extrativas minerais, as indústrias metalúrgicas e siderúrgicas não geraram os efeitos esperados de *linkages* “para trás” e “para frente” para criar as condições técnicas necessárias à formação de cadeias produtivas industriais e o “enraizamento” produtivo necessário, com o restante das atividades da economia paraense, como deveria funcionar uma indústria regional complementar ao parque industrial nacional. Os efeitos germinativos desse padrão industrial foram frágeis em termos da geração da renda e do emprego na economia paraense.

No caso do Pará, a consolidação do complexo minero-metalúrgico-siderúrgico não promoveu os “efeitos para trás” porque já produz bens primários de baixo valor agregado; quanto aos “efeitos para frente”, estes não ocorreram, já que essa indústria destina quase toda a sua produção à exportação – o que configura uma típica indústria de “enclave de exportação”. No caso do Amazonas, por sua vez, o complexo eletro-eletrônico da Zona Franca de Manaus (ZFM), apesar de ser uma indústria de padrão tecnológico avançado, pode ser considerada uma indústria de “enclave de importação”, com baixo nível de inserção produtiva com o restante das atividades da economia amazonense.

Neste ponto, é importante considerar como novos condicionantes da formação socioespacial da Amazônia paraense, as formas de articulação da economia brasileira com a economia mundial e os novos acordos firmados com o capital estrangeiro para a exploração dos recursos naturais nas várias regiões do território brasileiro. A constituição da estrutura industrial brasileira em bases capitalistas, embora de um capitalismo tardio, trouxe consigo uma nova dinâmica cíclica à economia brasileira – com o auge do ciclo expansivo entre 1968-1973, a fase do “milagre econômico; a desaceleração na segunda metade dos anos 70, entre 1974-1979; o Brasil potência mundial do II PND; e a longa crise de instabilidade e aceleração da inflação, nas duas décadas de 80 e 90 – acabou projetando os seus efeitos nas economias regionais (CANO, 1985; GUIMARÃES NETO, 1993; ARAÚJO, 1993).

2.3 INTEGRAÇÃO COMPETITIVA DA AMAZÔNIA PARAENSE

Os anos de 1990 inauguram uma nova mudança no comportamento do capitalismo mundial, marcado pelo discurso neoliberal, com o suporte das instituições internacionais: FMI e Banco Mundial. De acordo com o ideário do “Consenso de Washington”, o gigantismo do Estado teria de ceder espaço ao domínio do mercado. O debate sobre o tamanho do Estado produziu uma série de propostas que visava substituir o Estado interventor por um Estado regulador, inclusive a privatização de empresas estatais e a extinção das agências de desenvolvimento regional (SUDAM e SUDENE) e a criação de agências reguladoras. O completo afastamento do Estado Nacional dos problemas regionais foi péssimo para as regiões periféricas brasileiras (Norte e Nordeste), que dependem do governo federal para minimizar a grande distância econômica que separa a periferia do centro dinâmico da economia brasileira.

Nos anos de 1990, por força das circunstâncias internacionais, tem início a intensa inserção da economia brasileira num contexto político-institucional de uma *economia mundial globalizada*. A globalização assume várias formas – a comercial, a industrial e a financeira – num processo de internacionalização dos mercados, tendo os conglomerados transnacionais como os principais vetores desse processo. Este processo de globalização ocorre num ambiente de crise do regime de acumulação fordista e de uma reestruturação tecnoindustrial conduzida pela *revolução da microeletrônica*. Neste ambiente dos anos de 1990, têm início novas escolhas estratégicas definidas pelas aberturas comerciais e financeiras, iniciadas pelo governo Collor e aprofundadas pelo governo FHC, que levam a uma forte competição entre o capital nacional e o capital estrangeiro, por parcelas do mercado doméstico.¹⁹

Na perspectiva da dinâmica inter-regional, essa opção estratégica tende a valorizar os espaços econômicos do país, possuidores de empresas competitivas no mercado internacional. A concorrência no mercado de bens e serviços é favorável ao centro dinâmico, em detrimento das regiões da periferia, sobretudo das regiões Norte e Nordeste. Os governos estaduais dessas regiões reagem desencadeando uma “guerra fiscal” como estratégia de política estadual para atrair novos investimentos de empresas nacionais ou de empresas estrangeiros à custa de incentivos fiscais que implicavam em perdas de receita tributária por um longo período. A prioridade à integração competitiva revela outra opção estratégica que vai avançando de forma cada vez mais evidente, como política regional de médio prazo. Essa integração competitiva é a opção neoliberal de

¹⁹ Araújo (1999, p.324-325).

uma *inserção subordinada* aos interesses do grande capital internacional, que sabe, de antemão, que as empresas brasileiras têm poucas chances de competir como empresas globais.

O governo FHC, ao invés da busca consolidação da política de integração nacional com vistas à constituição de amplo mercado nacional-regional, processo este que vinha sendo perseguido pelos governos anteriores, passa a priorizar a inserção das empresas nacionais e regionais mais competitivas no mercado mundial. Do ponto de vista da dinâmica regional, tal opção estratégica tende a valorizar os espaços econômicos brasileiros possuidores de empresas regionais mais competitivas o suficiente para penetrar com mais rapidez no mercado mundial ou com capacidade de resistir economicamente ao choque de competição praticado nos anos 1990, no Brasil. As reformas do Estado, que levaram à extinção da SUDAM, deixaram os estados da Amazônia órfãos de uma política de desenvolvimento regional.²⁰

Nesse contexto de *economia globalizada*, as novas forças econômicas e financeiras do mercado atuam afetando a dinâmica regional do Brasil. Os desafios e oportunidades dos negócios no âmbito das economias regionais no Brasil dependem da forma como considerar a *heterogeneidade* que, afinal, é uma vantagem competitiva. Por isso, quando o Estado nacional define os seus projetos, sem considerar este aspecto da realidade brasileira, os resultados podem ser desastrosos do ponto de vista do projeto nacional de integração regional. É preciso observar que o Brasil é um país-continente, com uma ampla diversidade regional e sub-regional. Portanto, não é correto tratar desiguais igualmente, e esse é o erro frequente que a burocracia de Brasília comete quando formula e tenta implementar, sem considerar os atores regionais, uma política nacional de desenvolvimento regional, sem contemplar essa diversidade regional.

O programa “Brasil em Ação” do governo FHC definiu, para o período entre 1996-1999, um elenco de projetos de investimentos em infraestrutura, através dos chamados “Eixos de Integração”, que envolvia a articulação da Amazônia. A opção estratégica deste programa visava à inserção dos espaços dinâmicos da região ao mercado exterior, sobretudo ao MERCOSUL, de acordo com a política de integração competitiva. O plano descartava uma visão mais articulada do planejamento regional e se recusava a adotar políticas para as áreas que tinham ficado de fora da política de inserção, subordinada ao mercado globalizado. Neste contexto, as novas forças derivadas do mercado impactam a dinâmica regional brasileira, na medida em que mudaram a tendência à modesta desconcentração regional que vinha ocorrendo desde o II PND. Enquanto isso, o baixo ritmo de

²⁰ Araújo (1999, p.326-327).

crescimento da economia brasileira nas décadas de 1980 e 1990 é comandado por alguns “espaços dinâmicos” localizados nas mais diversas regiões do Brasil; enquanto, de outro lado, outras regiões sofriam os efeitos adversos da inserção subordinada, por não se enquadrarem no padrão competitivo internacional ou, ainda, por estarem sendo submetidas aos processos de reestruturação produtiva.²¹ Tal situação e os processos de mudança do padrão tecnológico e financeiro em curso, acabaram ampliando as diferenças e diversidades inter e intrarregionais, o que levou à interrupção da tendência da desconcentração interregional.

2.4 CRESCIMENTO ECONÔMICO NA FRONTEIRA AMAZÔNICA

Castro (1999), reexaminando os novos polos de desenvolvimento das fronteiras da Região Norte critica a visão dos neoliberais, que tendiam a ver os investimentos nas áreas de fronteiras de recursos naturais um produto dos incentivos fiscais e subsídios artificiais criados pelo Estado. Investimento público a fundo perdido, equalização de tarifas públicas em todo o território nacional e a concessão de créditos em condições favorecidas explicariam a expansão de áreas supostamente incapazes de vencer por meio do mercado. Os economistas que labutam com a economia regional, por outro lado, sabiam de algum tempo que o mercado por si só não distribui de maneira equilibrada as atividades econômicas numa formação socioespacial de dimensão continental, a exemplo do Brasil, e, por isso, apoiam a intervenção complementar do Estado.

Na discussão sobre a política nacional de inserção regional na economia global, em bases de uma integração competitiva, Pacheco (1998) chama a atenção para a necessidade de políticas nacionais de proteção regional em face da fragilidade tecnológica das empresas regionais para enfrentar uma concorrência com as empresas transnacionais globais. Este autor identifica no discurso neoliberal uma formulação perversa contra as políticas regionais, por vários motivos, com destaque para os seguintes: primeiro, a inserção da economia brasileira no contexto da globalização requer o enfrentamento das disparidades regionais com a intervenção do Estado nacional, por meio de políticas públicas pró-ativas de âmbito nacional-regional, sobretudo em infraestrutura econômicas, sociais e tecnológicas; segundo, esse enfrentamento também requer uma política nacional de desenvolvimento regional com ações setoriais, sobretudo destinadas à indústria e à agropecuária, voltadas para amparar a competitividade das estruturas regionais especializadas.

²¹ Araújo (2000, p.326-327).

A crescente “especialização” industrial das economias regionais foi a outra face da integração nacional comandada a partir de São Paulo, já que, historicamente, estavam bloqueadas as saídas para uma industrialização autônoma, capaz de configurar uma estrutura industrial complexa à imagem da de São Paulo. Assim, a contrapartida da integração industrial se fez pela por uma certa industrialização regional complementar e periférica comandada pelo centro-industrial – São Paulo.²² Os economistas regionais preocupavam-se com a provável reconcentração regional que poderia resultar do predomínio absoluto da lógica de mercado, como o único mecanismo alocativo, sobretudo com a abertura escancarada do mercado brasileiro.²³

Na melhor das hipóteses, havia o receio de que a acentuada concorrência decorrente da abertura do mercado doméstico a produtos estrangeiros, levada a cabo nos governos Collor e FHC, sem nenhuma salvaguarda de natureza regulatória, juntamente com o declínio dos investimentos públicos nas regiões da periferia brasileira, reforçaria mais a atratividade ao longo dos eixos nacionais que partem de São Paulo em direção à periferia mais próxima. Nesta hipótese, o crescimento industrial; e com ele a reconcentração regional se daria no âmbito regional do *Grande Polígono do Sudeste*, o que deixaria à margem a quase totalidade de algumas sub-regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.²⁴

De qualquer maneira, entre os anos de 1995-2005, nota-se que prossegue a perda da posição relativa do Sudeste no PIB do Brasil, porém, menos acentuada do que nos anos anteriores, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1. Evolução da Distribuição do PIB por Macrorregião do Brasil: 1985-2005.

Regiões	1985		1990		1995		2000		2005	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Norte	32	3,2	46	4,1	45	3,9	51	4,0	67	4,3
Nordeste	118	11,9	119	10,8	125	10,8	144	11,3	177	11,3
Centro-Oeste	40	4,1	48	4,3	58	5,1	77	6,0	120	7,6
Sudeste	502	50,9	543	49,4	574	49,7	636	49,8	765	48,8
Sul	143	14,5	168	15,3	175	15,2	194	15,2	225	14,3
Brasil	986	100,0	1099	100,0	1154	100,0	1277	100,0	1567	100,0
São Paulo	301	30,6	341	31,1	347	30,0	371	29,0	458	29,2

Fonte: IPEA. Valor expresso em bilhões de reais a preços de 2000.

²² Pacheco (1998, p.226-230).

²³ Diniz (1992); Diniz & Crocco (1996).

²⁴ Araújo (1995).

A política nacional de descentralização federativa do Estado nacional durante os anos 1990, deixando os estados subnacionais à própria sorte, também estimulou a disputa por investimentos privados por meio da “guerra fiscal”. Na visão de Pacheco (1999), o risco de uma inserção submissa do Brasil na economia global, dominada pelas empresas transnacionais, é o aprofundamento das desigualdades intrarregionais, com o aparecimento de novos bolsões de pobreza em áreas anteriormente prósperas. Pacheco (1999, p. 263) resume essa ideia do seguinte modo: “É a isto que me refiro como tendência de fragmentação da economia nacional pela quebra dos laços de solidariedade econômica que existiam entre as regiões brasileiras e que manifestavam um enorme potencial de crescimento nas fases de aceleração cíclica”.

Aos novos fatos e tendências econômicas mais relevantes associaram-se novas tendências geoespaciais: umas são concentradoras e outras desconcentradoras. De fato, a própria realidade mundial é portadora de grandes diferenciações e particularidades que são usadas pelos atores globais (empresas multinacionais) quando formulam suas estratégias de negócios em cima das particularidades contidas no espaço – em tal lugar, em cima da mão de obra abundante qualificada; ou em outro lugar, onde as externalidades em termos de infraestrutura econômica (energia, transporte e telecomunicações fazem a diferença) e social (educação, saúde e pesquisa e desenvolvimento). Apesar disso, os principais atores da globalização – os grandes conglomerados transnacionais – tentam impor certa homogeneização, estabelecendo, assim, um único padrão competitivo para o mercado internacional – baseado em mão de obra qualificada e tecnologia de ponta – o que implica reproduzir o conflito entre os atores globais e os atores regionais e locais.²⁵

Para Pacheco (1998), a fragmentação do espaço econômico regional, ocorrida nos anos 1980 e 1990, seria o resultado da longa recessão econômica deste período, como consequência da política de concentração da demanda interna e da importância assumida pelas exportações para gerar divisas para o pagamento dos juros e amortização da dívida externa contraída durante e depois do II PND. Não obstante, apesar da importância do setor exportador nos anos 1980, como resposta aos estímulos fiscais, creditícios e cambiais proporcionados pelo Estado Nacional, não deve ser esquecido que o crescimento da economia brasileira ainda depende do comportamento da demanda efetiva dos setores de bens de capital e bens de consumo duráveis e não-duráveis, além dos investimentos públicos. É no âmbito da acumulação de capital desses setores que é decidida a dinâmica cíclica do crescimento econômico do país como um todo, e das regiões, por

²⁵ Araújo (2000, p. 275-280).

meio das relações de complementaridade setorial-regional, e não apenas com base na demanda externa. Isto não impede que determinadas estruturas regionais possam alternar seus níveis de produção vendáveis, em função da conjuntura, para o mercado doméstico ou para o mercado internacional.

Neste aspecto, receio ser precipitado se falar em processo de fragmentação da economia nacional, como sugere Pacheco (1966), pelo fato de algumas regiões especializadas na exportação de *commodities* estarem tendo melhor inserção competitiva no mercado internacional ou ainda porque outras porções regionais estarem se beneficiando dos investimentos privados (nacionais ou estrangeiros) resultantes da “guerra fiscal” entre os estados subnacionais. Cano (1977, p.104) também considera prematura a tese da “fragmentação do espaço nacional”, na medida em que são ainda fortes os elos econômico-espaciais entre o núcleo da acumulação econômica e financeira (São Paulo) e a periferia da economia brasileira, que ainda permanecem integrados.

Com a globalização, observa-se uma tendência dos investimentos em plantas industriais de alta tecnologia e a exigência de capital humano a se concentrar nos centros urbanos dinâmicos da Região Sudeste. Nota-se que a partir do ano de 1995, a distribuição do PIB regional por setor da economia aponta para uma mudança qualitativa do processo de desconcentração regional, que prossegue como decorrência do aumento das taxas de crescimento das regiões da periferia, como revela a Tabela 2.

Tabela 2. Evolução da Composição do PIB Setorial por Região do Brasil: 1985-2005.

Setor Agropecuário										
Regiões e Estado	1985		1990		1995		2000		2005	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Norte	5,6	5,9	8,5	11,5	6,7	8,5	5,9	7,7	6,3	9,5
Nordeste	19,5	20,4	13,9	18,8	15	19,1	12,6	16,5	12,5	18,9
Centro-Oeste	7,2	7,5	5,6	7,6	7,6	9,7	9,9	12,9	12,4	18,7
Sudeste	35,5	37,1	26,3	35,5	28,3	36,1	24,8	32,4	19,7	29,7
São Paulo	17,2	18,0	15	20,2	16,8	21,4	13,9	18,2	7,1	10,7
Sul	27,9	29,2	19,7	26,6	20,9	26,6	23,3	30,5	15,3	23,1
Brasil	95,7	100,0	74,1	100,0	78,5	100,0	76,5	100,0	66,3	100,0
Setor Industrial										
Norte	12,7	3,4	15,3	4,1	15,9	4,6	18,5	4,5	18,4	5,4
Nordeste	44,3	11,9	38,9	10,4	37,5	10,9	47,4	11,5	40,1	11,8
Centro-Oeste	7,9	2,1	8,2	2,2	10,5	3,1	13,7	3,3	16,6	4,9
Sudeste	251,5	67,5	238,9	64,1	213,3	62,3	254,6	61,9	204,2	60,1
São Paulo	162,5	43,6	161,9	43,5	137,8	40,2	145,4	35,4	122,2	36,0
Sul	56,5	15,2	71,2	19,1	65,3	19,1	76,9	18,7	60,6	17,8
Brasil	372,8	100,0	372,6	100,0	342,5	100,0	411,2	100,0	339,9	100,0

Setor de Serviços										
Norte	12,4	3,2	19,5	4,0	19,4	3,9	22,9	4,3	34,6	4,6
Nordeste	50,5	13,2	63,8	13,2	65,0	13,0	73,3	13,6	102,3	13,6
Centro-Oeste	36,1	9,4	66,7	13,8	42,1	8,4	49,6	9,2	76,7	10,2
Sudeste	226,9	59,3	264,3	54,8	294,8	59,0	308,2	57,2	422,4	56,0
São Paulo	127,7	33,4	151,3	31,4	172,4	34,5	181,2	33,6	256,3	34,0
Sul	56,9	14,9	68,1	14,1	78,3	15,7	79,9	14,8	118,9	15,8
Brasil	382,9	100,0	482,4	100,0	499,6	100,0	538,7	100,0	754,8	100,0

Fonte: Ipeadata.

As mudanças nos padrões tecnológico e gerencial, a reestruturação produtiva espacial e as políticas de apoio às empresas competitivas exportadoras apontam no sentido de uma reconcentração seletiva urbano-industrial nos grandes centros urbanos do polígono do Centro-Sul – Belo Horizonte, Uberlândia, Maringá, Porto Alegre, Florianópolis, São Jose dos Campos – excluída a grande região metropolitana de São Paulo (DINIZ, 1993). A abertura comercial no âmbito do MERCOSUL sugere um comércio exterior mais intenso, beneficiando os estados do Centro-Sul, em detrimento dos do Norte-Nordeste.²⁶No entanto, a exclusão comercial dos estados da Região Norte não é tão desesperadora, como alguém poderia pensar. De fato, contrariando os argumentos neoliberais, Castro (1999) revela alguns fatos que devem ser considerados para explicar a mudança qualitativa na fronteira brasileira: primeiro, a produção de grãos e de carne bovina em grande escala, usando técnicas modernas e amplamente dominadas pelos empresários, vem crescendo nas regiões de fronteiras do Centro-Oeste e na Amazônia Legal, com nítida vantagem competitiva quando comparada com as zonas produtoras tradicionais do Brasil.

Os custos menores são devidos a dois fatores, às vezes, deixados de lado: o primeiro fator refere-se à topografia plana, que implica em não haver restrições à mecanização agrícola do mais elevado grau; o segundo fator, igualmente decisivo, diz respeito à regularidade climática, com chuvas abundantes e luz solar praticamente o ano todo, facilitando a ação bioquímica da fotossíntese sobre os cultivares agrícolas.²⁷ Além desses fatores, atua em favor da competitividade agropecuária das áreas de fronteiras o baixo preço e a escassa ocupação prévia das terras. As regiões de fronteiras, por outro lado, têm normalmente atraído a mão de obra necessária para as suas atividades agropecuárias, selecionando essa força de trabalho a partir de outras regiões do país. No caso da produção de carne bovina na Amazônia paraense, está em curso o processo de verticalização

²⁶ Diniz (2002, p.112-113).

²⁷ Castro (1999, p.92-93).

da agroindústria, com a presença de frigoríficos e curtumes e outros derivados. Nota-se também o avanço da produção de soja e novos polos econômicos sub-regionais estão sendo criados a partir da descoberta de novas fontes de recursos minerais.

A fronteira mineral da Amazônia paraense vem criando *novos enclaves*, que se distinguem dos enclaves tradicionais – em geral, comandados por empresas estrangeiras – por duas razões: a primeira, porque essas economias minerais concentradas estão sob o controle de empresas nacionais, a exemplo da Companhia Vale (ex-Vale do Rio Doce-CVRD), hoje uma empresa de porte multinacional; a segunda, porque vem sendo adotada uma estratégia de verticalização industrial, que já culminou com a constituição da cadeia produtiva básica – no caso da indústria de alumínio metálico – e que vem tendo prosseguimento “para frente”, com a instalação de outros elos da cadeia industrial, a exemplo da indústria de móveis de alumínio e da indústria de fios de alumínio para a rede elétrica de alta tensão. Do ponto de vista do mercado de *commodities* minerais, o elevado teor de pureza dos minérios da Grande Província Mineral de Carajás e a logística do sistema de transporte ferroviário-marítimo, ligando a Minas do Pará ao porto de Itaqui, no Maranhão, e deste aos portos dos grandes países demandantes de ferro-gusa, tiveram como resultado prático o aumento das exportações de *commodities* com valor agregado mais elevado do que as exportações de minérios brutos, como ocorriam no passado recente.

A dinâmica econômica das regiões de “fronteiras de recursos”, como a Amazônia paraense, não pode mais deixar de ser considerada nas análises sobre o desempenho da economia brasileira. Neste particular, como observa Castro (1999, p. 93), no seu excelente ensaio, “a importância da reativação das *fronteiras* é que a economia (brasileira) passa a contar com um fator de impulsão, potencialmente vigoroso, praticamente não mais existente no mundo contemporâneo. Para tanto, contudo, é preciso que a economia seja redesenhada do ponto de vista espacial. Um consenso vem se formando em torno da ideia de que uma radical transformação do *sistema logístico* brasileiro é possível – e já começa a ser implementada”.

De fato, no caso específico do complexo industrial minero-metalúrgico-siderúrgico localizado no território da economia paraense, vem também ocorrendo o processo de verticalização industrial do ferro, alumínio e de outros minérios (ouro, cobre, prata, níquel e caulim), com o diferencial competitivo por possuírem alto teor de pureza, constituindo-se, assim, as primeiras cadeias produtivas industriais produzindo *commodities* de mais alto valor agregado.

Tabela 3. PIB per capita dos estados do Norte em relação ao do Brasil (%): 1995-2005.

Estados	1995		2000		2005	
	Valor	% Brasil	Valor	% Brasil	Valor	% Brasil
Acre	3.057	49,7	3.047	47,4	4.280	58,2
Amazonas	6.698	108,9	6.663	103,6	6.483	88,2
Amapá	4.802	78,1	4.215	65,6	4.627	62,9
Pará	3.256	52,9	3.007	46,8	3.539	48,2
Rondônia	3.543	57,6	3.887	60,5	5.298	72,1
Roraima	2.586	42,1	3.347	52,1	5.118	69,6
Tocantins	1.773	28,8	2.117	32,9	4.383	59,6
Norte	3.920	63,7	3.872	60,2	4.570	62,2
Brasil	6.150	100,0	6.430	100,0	7.350	100,0

Fonte: IPEA.

Dado o que foi visto acima, é lícito concluir que, à medida que a logística do transporte multimodal for consolidada na Amazônia paraense e adjacências, a indústria mineral poderá atingir níveis mais altos de elaboração produtiva, de forma a contribuir para a geração de emprego e renda na região. No período entre 1995-2005, o PIB per capita da Amazônia paraense aumentou de R\$ 3.256,00 (1995) para R\$ 3.539,00 (2005). Mesmo assim, isto significou um declínio da participação do PIB per capita do estado do Pará em relação ao PIB per capita do Brasil, como mostrado na Tabela 3.

3 INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO NA AMAZÔNIA PARAENSE

Da dinâmica regional mais intensa desde os anos 1970, tendo o Estado nacional à frente das ações que redundaram no processo de ocupação e desenvolvimento do território da Amazônia paraense mais recente, derivaram os processos de urbanização, com a criação de novas cidades e a transformação de outras tantas. Neste sentido, a Amazônia paraense precisa ser lida também como uma região cada vez mais urbana, com quase 70% de sua população vivendo nas cidades, ainda que essa estatística possa ser questionada, em função das estruturas rural-urbanas existentes. O novo desafio é de não repetir os velhos esquemas que optaram pela análise segmentada do urbano, mas procurar entender esse processo como parte da dinâmica regional sobre o território da formação socioespacial paraense.

Hobsbawm (1979) faz uma interessante observação quando analisa a “Era do Capital” durante a fase do nascimento do capitalismo industrial inglês: “A cidade era sem dúvida o mais impressionante símbolo exterior do mundo industrial, exceção feita à estrada de ferro”.²⁸ Para Hobsbawm (1979), a principal diferença existente entre uma pequena cidade tradicional e uma grande cidade, quer dizer, um grande aglomerado humano chamado metrópole, não é exatamente ela ser um grande centro industrial, embora possa conter um bom número de fábricas, mas mais precisamente por ser a metrópole urbana um grande centro de comércio de toda ordem, de transporte, de administração e de uma multiplicidade de serviços pessoais e coletivos que uma grande concentração humana atrai.

Na Europa Ocidental houve uma maior interação entre a indústria e a agricultura. De fato, na medida em que avançava a industrialização nas áreas urbanas, este processo passou a exigir respostas complementares nas áreas rurais, como consequência da modernização da agricultura. A modernização dos países europeus também gerou êxodo rural, porém, seu impacto nas cidades pode ser suavizado: primeiro, porque o padrão industrial foi capaz de absorver boa parte do êxodo rural; segundo, porque o grande fluxo de emigração europeia para o “novo mundo” conseguiu enxugar parcela significativa do excedente demográfico. Além disso, o desenvolvimento industrial urbano exigiu a produção de uma série de serviços complementares e modernos. Dessa forma, as economias urbanas europeias puderam responder com eficiência a produção não só do comércio, mas dos transportes, das finanças e dos serviços de educação e saúde pública. Enfim, o processo de urbanização dos países de industrialização avançada percorreu um longo caminho histórico.

O padrão de urbanização brasileiro imitou mais o modelo norte-americano do que o modelo europeu, com sua secular estabilidade demográfica.²⁹ Na América Latina, e em particular no Brasil, a industrialização tardia desencadeou um processo de urbanização diferente do europeu.³⁰ Nos anos de 1929-1933, a industrialização proporcionou uma lenta expansão urbana, mas nas décadas seguintes a urbanização ocorreu de forma abruptamente acelerada e concentrada em São Paulo.³¹ Nas fases da industrialização restringida e pesada, em que pese o fato de que a indústria urbana tenha incorporado uma grande quantidade de mão de obra nos setores recém-implantados, ainda assim a geração do emprego urbano não foi suficiente para absorver toda a população emigrante que saía do rural atrasado. Isto se deve ao fato de que, de um lado, a modernização das

²⁸ Hobsbawm (1979, p.222).

²⁹ Oliveira (2006, p.48-50).

³⁰ Singer (1978, p.61-90).

³¹ Singer (1978, p.115-135).

indústrias tradicionais de bens de consumo não duráveis acabou expulsando mão de obra; de outro lado, o rápido avanço da industrialização nas principais cidades do Sudeste não se deu de forma complementar ao setor produtor de serviços, não gestando, assim, as condições para ampliação do emprego do terciário produtivo.

Nas palavras de Cano (1986):

[...] como não se completa a estrutura industrial, não se cria ainda a condição para um aprofundamento técnico maior do setor serviços. Contudo, há que registrar que este sofreu importantes mudanças, principalmente no comércio e transporte, que o capacitou a dar o necessário suporte à expansão industrial. O terciário, assim, cresceu de forma “anormal”, aumentando a ocupação em compartimentos “produtivos”, ao mesmo tempo que “inchava” outros – principalmente os serviços pessoais – de baixa produtividade, amortecendo parcialmente a procura de emprego. É a partir daí que a chamada economia “informal” de serviços acentua a sua presença. Com isto, o crescimento urbano da cidade de São Paulo e seu entorno adquiriu a forma de metropolização, adensando e conturbando o espaço (CANO, 1986, p. 19).³²

O avanço da industrialização em direção à agricultura, sobretudo nos anos 1970, culminou com a modernização da agricultura. Contudo, essa modernização ficou restrita a alguns setores e regiões, o que acabou provocando um novo êxodo rural – gerado tanto pelo progresso quanto pelo atraso das regiões atingidas – em direção às grandes cidades do Centro-Sul e também para a Amazônia paraense. De fato, parte substancial desse êxodo rural migrou para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, ampliando assim as camadas sociais da economia informal, das favelas e da marginalidade; e parte migrou sob o estímulo do Estado nacional à fronteira agrícola da Amazônia paraense. Vejamos, na seção seguinte, a heterogeneidade regional da urbanização na Amazônia paraense.

3.1 O PADRÃO URBANO TRADICIONAL DAS CIDADES DA AMAZÔNIA PARAENSE

Depois da criação da cidade de Belém, no século XVII, como estratégia de defesa e conquista demarcatória do território amazônico pelo colonizador português, o processo de criação de cidades e sua dinamização na Amazônia foram incipientes. Durante quase três séculos, que se seguem após a criação da cidade de Belém, apenas pequenos aglomerados humanos surgem dispersos nas margens dos rios amazônicos. Essas pequenas cidadelas funcionavam como entrepostos do comércio das drogas do sertão do projeto de povoamento do

³² Cano (1986, p.19).

Estado metropolitano português. A partir do século XIX, com a economia da borracha, intensificou-se a ocupação humana na Amazônia, com a criação e/ou recriação de vários povoados ao longo dos rios Madeira, Purus e Juruá, que serviram de apoio à exploração do látex e que, posteriormente, foram transformados em vilas e cidades.³³

Depois da crise da economia da borracha, por volta de 1910, algumas cidades apresentaram um crescimento que se estendeu até 1960: a cidade de Marabá, no sul do Pará, em decorrência da pecuária e do extrativismo da castanha; as cidades do Médio Amazonas, especialmente Santarém, no Pará, e Parintins, Itacoatiara e Manacapuru, no Amazonas, por conta da agricultura da juta. Na década de 1940, a mudança mais importante, do ponto de vista territorial, foi a criação dos territórios federais: Guaporé (Rondônia), Rio Branco (Roraima) e Amapá – este último subtraído do território do Pará. Ainda na década de 40, por conta do “Acordo de Washington”, que visava aumentar a produção de borracha para os EUA, foram criados os núcleos urbanos de Fordlândia e Belterra, em Santarém, no estado do Pará. Na década de 1950, com a criação da SPVEA, outras cidades foram criadas na Amazônia.

A dinâmica urbana da Amazônia paraense é configurada pela grande cidade de Belém, outras cidades de porte médio e uma rede de pequenas *idades ribeirinhas*. Uma das principais características desse processo histórico de criação de cidades na Amazônia paraense é o fato de a maioria delas ficarem situadas nas margens dos rios da Amazônia, formando uma “rede” de cidades interligadas pelos rios – as *idades ribeirinhas*. As cidades ribeirinhas, como são conhecidas na Amazônia paraense, formam um *continuum* de pequenas aglomerações urbanas, mas que são importantes pela formação de uma ampla rede de trocas econômicas, comerciais, culturais e sociais que se reproduzem no tempo e se espalham no espaço. A navegação fluvial – realizada através do emaranhado de cursos d’água das diversas bacias hidrográficas organizadas a partir da referência principal do grande rio Amazonas – é o principal meio de transporte responsável pela ocupação humana desde os tempos imemoráveis.³⁴

A urbanização da Amazônia paraense, nascida com os ciclos econômicos extrativos, permaneceu assim, em níveis do século XIX, pelo menos até a década de 1960. A disposição geográfica dos núcleos urbanos obedecia à distribuição fluvial, seguindo um padrão disperso, à exceção das cidades produto da colonização da Zona Bragantina, no Pará, que foram criadas ao longo da ferrovia que ligava Belém-Bragança. Becker (2005), analisando a dinâmica urbana na Amazônia,

³³ Oliveira & Schor (2008, p.16-17); Cardoso & Lima (2006, p.55-65).

³⁴ Castro & Santos (2006, p.30).

considera que a maioria dos núcleos urbanos do *bintherland* da Amazônia paraense, a rigor, não se constituía rigorosamente uma cidade: não só pelo seu isolamento geográfico, mas também porque não possuía a infraestrutura urbana e nem vida urbana efetiva, com exceção das capitais. Não obstante, esse padrão tradicional de urbanização é profundamente alterado pela tecnologia das grandes rodovias e das megasuinadas hidrelétricas que abrem espaço à emergência de um padrão de urbanização moderna. A geógrafa brasileira Bertha Becker (1990) foi uma das primeiras a reconhecer a novidade da natureza urbana do processo de formação das cidades na Amazônia paraense: Na Amazônia brasileira, a “urbanização não é uma consequência da expansão da agricultura: a fronteira nasceu urbanizada e mantém um ritmo de urbanização mais rápido do que o restante do Brasil”.³⁵ Disso decorre a fase de metropolização de Belém, marcada pela mudança da sua estrutura econômica e humana em seus espaços urbanos.³⁶

3.2 O PADRÃO URBANO MODERNO DAS CIDADES DA AMAZÔNIA PARAENSE

As metáforas usadas para descrever a Amazônia – tais como El Dourado, Segundo Éden, Inverno Verde, Pulmão do Mundo e Última Fronteira – têm em comum a evocação da imagem de que a Amazônia é essencialmente uma região rural, coberta por uma imensa floresta tropical úmida e pela maior bacia hidrográfica do mundo, com especial destaque para o majestoso rio Amazonas, onde vivem esparsamente índios, seringueiros, caucheiros, fazendeiros, camponeses, caboclos e outros tipos culturais. Essa imagem popularizada da Amazônia como uma consequência da importância ecológica e ambiental da sua floresta tropical úmida, entretanto, choca-se com o paradoxo da recente urbanização. De fato, a despeito dessa imagem de uma região predominantemente rural, a Amazônia tem sido predominantemente urbanizada desde 1960.

Para Castells (1983), “o termo urbanização refere-se ao mesmo tempo à constituição de formas espaciais específicas das sociedades humanas, caracterizadas pela concentração significativa das atividades e das populações num espaço restrito, bem como à existência e à difusão de um sistema cultural específico, a cultura urbana”.³⁷ Esta noção tem uma dupla finalidade:

a) Fazer corresponderem formas ecológicas e um conteúdo cultural dominante (urbano) sobre o dominado (rural);

³⁵ Becker (1990, p. 44).

³⁶ Faure, Prost & Catro (2006, p.185-195); Prost (2006, p.272-286).

³⁷ Castells (1983, p.24).

b) Sugerir uma ideologia da produção de valores sociais a partir de um fenômeno considerado “natural” de densificação e de heterogeneidade sociais.

A urbanização brasileira ocorreu de forma diferente da dos países de capitalismo avançado. A dimensão débil da indústria e da economia urbana brasileira não foi capaz de acomodar o excedente demográfico que saía do grande reservatório de mão de obra que existia no mundo rural. Na Região Norte, ao contrário do Sudeste, a urbanização foi mais o resultado da expansão da “fronteira” do que da modernização da agricultura. A noção urbana, oposta à rural, tem historicamente um significado sociológico: oposição espacial-setorial da riqueza (urbano-industrial) à pobreza (rural-agricultura).³⁸

Neste sentido, a noção do urbano (em oposição ao rural) pertence à dicotomia ideológica sociedade tradicional versus sociedade moderna, e diz respeito a certa heterogeneidade social e funcional, o que torna difícil defini-la com precisão, a não ser pelo grau de concentração humana, pela concentração de atividades industriais e de serviços e por um modo de produção e de organização social no espaço em bases capitalistas (SINGER, 1978; SANTOS, 1997). No Brasil, a definição de urbano e de rural está associada à história dos censos demográficos. O urbano é geralmente a sede do município, enquanto o rural é definido mais pela diferença e distância do que seja o espaço urbano. A ideia quantitativa é tão presente que município e cidade são, às vezes, tratados como sinônimos nos escritos sobre o tamanho de municípios. A maioria dos estudos urbanos dá preferência às grandes cidades do centro econômico nacional dos países. Ademais, quase sempre a cidade é definida pelo tamanho da sua população.

Outro fenômeno urbano importante, porém pouco investigado, diz respeito ao crescimento das cidades pequenas e médias, sobretudo daquelas da *fronteira urbana*. Santos (1979) não acha correto classificar as cidades só pelo critério de tamanho da população ou do seu produto. Ao invés de chamar cidades pequenas, Santos (1979) define a “cidade local como a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda a população, função esta que implica uma vida de relações”.³⁹ As *cidades locais* são espaços territoriais que possuem uma dimensão mínima, a partir da qual as aglomerações humanas deixam de servir apenas às necessidades das atividades primárias, para servir às múltiplas necessidades do aglomerado urbano, com verdadeira especialização do espaço.⁴⁰ Jacobs (1969) distingue a pequena cidade (*town*) de uma grande cidade (*city*) pelas funções urbanas que a *city* desenvolve como um

³⁸ Singer (1978, p.13).

³⁹ Santos (1979, p.71).

⁴⁰ Santos (1979, p.69-71).

centro humano aglutinador de múltiplas atividades produtoras de bens e serviços e outras de lazer, cultura e esportes de todos os tipos à população no seu interior e fora do seu espaço geográfico de referência.

Diferentes das *ciudades ribeirinhas*, que nasceram nas “beiras dos rios” nas regiões de fronteiras do século passado – cuja população rural esteve isolada do mundo exterior pela falta de meios de transporte e comunicação – as cidades locais das “beiras das estradas” da Amazônia paraense contam com fluxos globais de informação, de telecomunicação, de comércio com o mundo exterior e com o suporte financeiro das políticas públicas dos governos federal e estadual, que auxiliam os governos locais com recursos públicos provenientes das transferências constitucionais, a exemplo do FPM e das transferências intergovernamentais para financiar obras públicas locais.

Nas décadas de 60-70, principalmente, as cidades da Amazônia paraense passaram a funcionar como recurso estratégico e base logística para um padrão de ocupação produtivo, em bases capitalistas, antes mesmo da implantação dos projetos econômicos, agropecuários e industriais. Neste contexto, as tradicionais “cidades ribeirinhas” perderam espaço e funcionalidade no novo modelo de ocupação produtiva para os novos espaços definidos pelo Estado-planejador. Neste novo contexto, as cidades da Amazônia paraense assumiram o estratégico papel de elo mediador entre as políticas de ocupação e desenvolvimento econômico conduzidas pelo Estado nacional à região, e o processo de ressocialização da população migrante – a força de trabalho móvel própria da fronteira urbana.⁴¹

Na verdade, em sua origem histórica, a questão urbana brasileira não está dissociada da questão agrária. Basta lembrar que a travessia de uma economia rural-exportadora para uma economia urbano-industrial significou uma mudança na estrutura daquelas cidades que receberam um grande fluxo migratório vindo do meio rural do Norte-Nordeste em busca de emprego na cidade de São Paulo. De certo modo, o impasse criado com o adiamento da reforma agrária foi, em parte, resolvido com a saída de trabalhadores do ambiente rural para o meio urbano onde reproduziram o suburbano e as favelas. A questão regional surge, portanto, como uma preocupação do Estado brasileiro para reduzir o grande fluxo migratório que partia dos estados do Nordeste em direção a São Paulo e Rio de Janeiro. Nos anos 1970-1990, houve um crescimento das cidades de porte médio no Brasil. Este crescimento, por certo, foi acompanhado por um novo movimento migratório partindo do meio rural e também das grandes cidades, em direção às cidades médias mais próximas. As cidades médias serviram de “diques”, impedindo que parte do êxodo rural fosse dirigida para as grandes

⁴¹ Pereira (2006, p.24).

metrópoles urbanas do país. Outra possibilidade reside na maior diversidade de atividades nas regiões metropolitanas, vis-à-vis as cidades médias, o que ampliaria as oportunidades dos grupos extremamente vulneráveis dos imigrantes não qualificados do meio rural nas metrópoles nacionais.⁴²

As cidades médias foram mais “receptivas” aos imigrantes de origem urbana; enquanto isso, as regiões metropolitanas foram mais “receptivas” aos imigrantes de origem rural. Uma possibilidade explicativa seria o fato de que parte significativa dos imigrantes urbanos que se dirige para as cidades médias seja formada por ex-moradores dos *centros urbanos nacionais* que, por suas boas habilidades profissionais, conseguem valorizar sua posição nos mercados de trabalho das cidades médias. Um recorte amostral que reproduz a participação das cidades médias vis-à-vis as cidades metropolitanas, aponta para um maior crescimento das cidades de porte médio, como mostra a Tabela 4.

Tabela 4. Distribuição populacional (%), Taxas geométricas médias anuas de crescimento e Incremento populacional (%): 1970-1996.

Discriminação	Distribuição da População (%)								
	1970		1980		1991		1996		
	Pop.	%	Pop.	%	Pop.	%	Pop.	%	
Cidades Metropolitanas	23,6	25,3	34,4	28,9	42,6	29	46	29,3	
Cidades Médias	10,1	10,8	14,5	12,2	19,7	13,4	21,7	13,8	
Brasil	93,1	100	119	100	146,8	100	157,1	100	
Discriminação	Taxas Geométricas Anuais de Crescimento (%)						Incremento Populacional (%)		
	70-80		80-91		91-96		70-80	80-91	91-96
Regiões Metropolitanas	4,0		1,8		1,6		45,9	23,8	8,1
Cidades Médias	3,7		2,8		2,0		44,4	35,5	10,2
Brasil	2,5		1,9		1,4		27,8	23,4	7,0

Fonte: Andrade e Serra (2002). Elaboração própria.

Entre 1970/1980, mais de 60% do incremento da população na Região Norte foi absorvido pelas suas pequenas, médias e grandes cidades, existentes e em formação, de modo que a “fronteira agrícola tornou-se uma fronteira urbana”. Não se trata de uma *urbanização na fronteira*, mas de uma *urbanização da fronteira*.⁴³ De fato, entre as décadas de 1950 e 1960, as taxas anuais de crescimento da população da Região Norte, que já eram altas para os padrões nacionais – 3,9% e 4,4%, respectivamente – cresceram mais ainda nos anos subsequentes. As taxas médias anuais de crescimento das populações urbanas da Região Norte foram

⁴² Andrade e Serra (2002, p.132-133).

⁴³ Sawyer (1987, p.46).

maiores do que as taxas anuais de crescimento das populações regionais. De fato, entre 1960/1970, as taxas médias anuais de crescimento da população urbana das cidades da Amazônia Legal continuaram altas: uma média de 7,0%, como mostra a Tabela 5. Contudo, nota-se que, a partir de 1970, há uma nítida tendência de redução da taxa anual de crescimento da população urbana da região, que alcança, entre 1991/2000, o valor médio igual a 4,8%, como mostra a mesma tabela.

Tabela 5. Taxas médias de crescimento da população do Brasil, Região Norte e Amazônia Legal: 1940-2000.

Períodos	Taxa Médias Anuais de Crescimento da População (%)								
	Brasil			Região Norte			Amazônia Legal		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
1940/50	3,8	1,6	2,3	3,7	1,8	2,3	3,8	2,0	2,4
1950/60	5,2	1,6	3,0	5,1	2,4	3,3	5,0	3,5	3,9
1960/70	5,2	0,6	2,9	5,4	2,1	3,5	7,0	3,2	4,4
1970/80	4,4	-0,6	2,5	6,4	3,7	5,0	6,7	2,7	4,3
1980/91	3,0	-0,7	1,9	6,3	3,4	5,0	5,4	1,4	3,4
1991/00	1,2	-0,6	0,8	4,8	-0,6	2,8	4,8	-1,4	2,4

Fonte: IBGE: Anuário Estatístico e Censo Demográfico (vários números).

É um grave erro imaginar a Amazônia paraense como uma região rural, coberta por densas florestas. Essa falsa imagem é negada pelo rápido crescimento da população urbana na Região Norte do país. A expansão urbana na Amazônia é claramente diferente das demais regiões brasileiras. A partir de 1968, com o I PND, o Pará passou a ser visto como uma alternativa para desviar uma parte do fluxo migratório de nordestinos que se dirigia às grandes cidades do Sudeste. Os projetos do governo de colonização agrícola familiar e os grandes projetos econômicos de mineração, agropecuários e de usinas hidrelétricas foram os principais vetores de atração de mão de obra à Amazônia paraense. Em torno desses grandes projetos econômicos surgiram as cidades das empresas de mineração e das usinas hidrelétricas (*Company Towns*) e outras no entorno delas.⁴⁴

A transição de uma economia rural para uma economia urbana no Brasil ocorreu nas décadas 1960-1970, de acordo com os censos demográficos. Já os estados da Região Norte tornaram-se urbanizados – com uma população urbana da região superior a 50% da população total – entre as décadas de 1980-1990. Enquanto a população urbana do Brasil saltava de 24,9 % (1920) para 81,2% (2000); a população urbana do Norte subia de 24,9% (1920) para 69,9% (2000), como mostra a Tabela 6.

⁴⁴ Trindade Jr. e Rocha (2002, p.13-22).

Tabela 6. Evolução da população urbana no Brasil e na Região Norte: 1940-2000.

Anos	Brasil		Região Norte	
	População	%Urbana	População	% Urbana
1940	41.236.315	31,2	1.632.917	24,9
1950	51.944.397	36,2	2.048.196	28,4
1960	70.070.457	44,7	2.941.169	32,6
1970	93.139.937	55,9	4.124.818	42,6
1980	119.002.706	67,6	6.619.755	50,3
1991	150.367.800	75,0	9.427.601	62,8
2000	169.799.170	81,2	12.900.704	69,9

Fonte: IBGE. (vários números de Anuários Estatísticos e Censos Demográficos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O notável crescimento populacional da Região Norte, sobretudo entre 1970-1980, deve-se, em grande parte, aos fluxos migratórios de outras regiões que se dirigiram para a Amazônia. De fato, neste período, a Região Norte recebeu uma população de migrantes de aproximadamente de 852 mil pessoas, originárias de fluxos inter-regionais oriundos das regiões do Brasil, sobretudo do Nordeste (67,99%), Centro-Oeste (45,60%) e Sudeste (38,74%), como revela a Tabela 7. Dos estados da Região Norte, os que mais receberam migrantes foram o Pará (374 mil pessoas) e Rondônia (281 mil pessoas).⁴⁵

Tabela 7. Região Norte: % de Imigrantes Interestaduais por Macrorregião: 1970/80.

Estados	Região de Origem					Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Acre	5,97	0,79	1,92	1,78	1,02	1,83
Amapá	17,77	0,83	0,53	0,16	0,15	2,66
Amazonas	31,95	5,47	7,01	2,37	1,71	7,78
Pará	15,34	67,99	38,74	16,22	45,60	43,88
Rondônia	19,03	5,02	43,15	77,12	47,56	33,03
Roraima	5,68	2,98	0,58	0,85	0,53	2,10
Tocantins	4,26	16,92	8,07	1,50	3,43	8,72
Total	12,57	35,40	15,00	17,03	20,00	100,00
Nº de Imigrantes	107122	301729	127877	145154	170486	852368

Fonte: IBGE.

⁴⁵ Brasil e Moura (1997, p.64-65).

O processo de urbanização na Região Norte assume formas distintas da Região Centro-Sul. Por exemplo, a urbanização do estado do Amazonas está intensamente concentrada na cidade de Manaus – capital do estado – como uma consequência do Distrito Industrial Eletro-Eletrônico da Zona Franca de Manaus (ZFM) que desde o início atraiu parte significativa da população rural, e praticamente esvaziou o interior. A cidade de Manaus recebeu 93,13% da população imigrante, entre 1980/1991.

Essa situação foi diferente no Pará, que já possui uma rede de pequenas cidades que davam suporte às atividades rurais. Por isso, o fluxo de imigrantes que se dirigiu para as aglomerações urbanas do Pará evoluiu de somente 35,98% (1970/1980) para 50,60% (1980/1991), como mostra a Tabela 8. Uma parcela significativa da expansão da população do Pará é devida ao fluxo de imigração interestadual da própria Região Norte, de 43,89%, entre 1970/1980, e de 37,90%, entre 1980/1991. A Região Norte tem mantido uma taxa anual de crescimento da população urbana em ritmo superior a do Brasil.

Tabela 8. Destino da população de imigrantes para os estados da Região Norte: 1970-1991.

Estados	1970/80		1980/91	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Acre	62,90	37,10	66,19	33,81
Amapá	53,95	46,05	83,25	16,75
Amazonas	88,81	11,19	93,13	6,87
Pará	35,98	64,02	50,60	49,40
Rondônia	36,81	63,19	54,85	45,15
Roraima	71,06	28,94	73,53	26,47
Tocantins	46,94	53,06	68,80	31,20
Região Norte	43,03	56,97	59,99	40,01

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1980 e 1991.

As cidades ligadas às indústrias de mineração, madeireira, siderúrgica e de construção civil têm experimentado um novo dinamismo, que está conformando uma rede urbana no Pará, seja através da multiplicação de novos núcleos urbanos, seja pela reestruturação de núcleos urbanos tradicionais. Essa urbanização tem contribuído para redução da importância econômica da cidade de Belém, em face do crescimento econômico das pequenas e médias cidades na fronteira fora de sua orbita (TRINDADE Jr, 1998). A Região Metropolitana de Belém (RMB) – formada pelos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa

Barbara – concentra 70,86% da população residente em área urbana e 29,00% do total da população do Pará, como revela a Tabela 9.

Tabela 9. População residente na Região Metropolitana de Belém: 2000.

Discriminação	Total (A)	Urbana (B)	(B/A)%	(B/C)%
RMB	1795536	1272354	70,86	29,00
Belém	1280614	1272354	99,35	20,68
Ananindeua	393569	392657	99,77	6,36
Marituba	35546	20912	58,83	0,57
Benevides	74429	64884	87,18	1,20
Santa Bárbara	11378	4009	35,23	0,18
Pará (C)	6192307	4120693	66,55	100,00

Fonte: IBGE.

Neste contexto urbano, as pequenas, médias e grandes cidades formam, na fronteira amazônica, uma *periferia urbana* de características distintas de outras regiões brasileiras e de outros países.⁴⁶ O processo de urbanização em curso no estado do Pará ocorre pelo aparecimento de novas cidades e pelo crescimento das velhas. O mapa regional dos centros urbanos contemporâneos revela uma concentração de pequenas e médias cidades na Amazônia paraense, próxima à Região Metropolitana de Belém, no Sudeste do Pará e também na bacia do rio Amazonas, entre as cidades de Santarém e Manaus. O recente processo de urbanização da Amazônia reflete, em parte, uma continuação do crescimento das cidades de Belém e Manaus, cada uma tornando-se um centro de uma ampla região metropolitana que irradia seus efeitos econômicos e culturais às cidades mais próximas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M.C. de. **Espaço, Polarização e Desenvolvimento**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

ANDRADE, T. de; SERRA, R. Notas sobre a experiência de crescimento recente das cidades médias brasileiras. In: KON, A. (Org.). **Unidade e Fragmentação: a questão regional no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

⁴⁶ Browder & Godfrey (1997, p.1-5).

ARAÚJO, T. B. de. Nordeste, Nordestes, Que Nordeste. In: **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. São Paulo: UNESP, 1995.

ARAÚJO, T. B. de. Brasil nos Anos 90: opções estratégicas e a dinâmica regional. In: **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.

ARAÚJO, T. B. de. Brasil: o modelo de desenvolvimento. In: **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: Heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.

BENCHIMOL, S. **Amazônia: Planarização e Moratória Ecológica**. São Paulo: Cered, 1989.

BENCHIMOL, S. **Manual de Introdução à Amazônia**. Manaus: Reprográfica, 1996.

BECKER, B. K. Amazônia: mudanças estruturais e tendências na passagem do milênio. In: MENDES, A. D. (Org.). **Amazônia Terra & Civilização: uma trajetória de 60 anos**. Belém: Banco da Amazônia, 2004. v. 1.

BECKER, B. K. Dinâmica Urbana na Amazônia. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (Orgs.). **Economia e Território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BRASIL, M. C.; MOURA, H. A. de. Os fluxos migratórios na Região Norte nas décadas de 70 e 80: uma análise exploratória. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v.137, nº 1, jan/jun. 1997.

BROWDER, J. O.; GODFREY, B. J. **Rainforest Cities: urbanization, development, and globalization of the Brazilian Amazon**. New York: Columbia University Press, 1997.

COSTA, J. M. M. da. Amazônia: Recursos Naturais, Tecnologia e Desenvolvimento (Contribuição para o Debate). In: COSTA, J. M. M. da. (Ed.). **Amazônia: desenvolvimento e ocupação**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global, 1985.

CANO, W. **Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento**. Campinas: EMLASA, 1986. Inédito.

CARDOSO, A.C.D.; LIMA, J.J.F. Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem? In: **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas**. Belém: UFPA, 2006.

CASTRO, A. B. de. Indústrias regionais e a industrialização central. In: **7 Ensaios sobre a Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, 1975. v. 1.

CASTRO, A. B. de. A Herança Regional no Desenvolvimento Brasileiro. In: **7 Ensaios sobre a Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, 1975. v. 2.

CASTRO, A. B. de.; SOUZA, F. E. P. de. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CASTRO, E.; SANTOS, M. A. Belém de água e de portos: ação do Estado e a modernização na superfície. In: CASTRO, E. (Org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006.

CORREIA, L. de M. **A Borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial**. Manaus: Governo do Amazonas, 1967.

CORRÊA, R. L. **A organização urbana**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil. In: **Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas**. Brasília: IPEA/ IPLAN, 1989. v.3.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.3, n.1. 1993.

DINIZ, C. C. **A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas**. Brasília: IPEA, 1994.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 6, n.1, 1994.

DINIZ, C. C. A nova configuração urbano-industrial no Brasil. In: KON, A. (Org.). **Unidade e Fragmentação: a questão regional no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

ENRIQUEZ, M. A. R. **Mineração no Pará: uma agenda pró-ativa para ampliar e potencializar os benefícios regionais**. Belém: FIEPA, 2007.

FAURE, J-F; PROST, T.; CASTRO, E. Avaliação multitemporal da expansão urbana e de seus efeitos na Área Metropolitana de Belém e Região das Ilhas. In: CASTRO, E. (Org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006.

GALVÃO, O.J.A. Concentração industrial no Brasil segundo os censos 1907-1989. **Análise Econômica**, v.9, n. 15, 1991.

GUIMARÃES NETO, L. **Nordeste**: da articulação comercial à integração econômica. 1986. Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas, Campinas, 1986.

GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades Regionais e Federalismo. In: AFFONSO, R.B.A.; SILVA, P.L.B. (Orgs.). **Federalismo no Brasil**. São Paulo: UNICAMP, 1995.

HOBSBAWM, E. J. **A Era do Capital**: 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MELLO, J. M. C. **O Capitalismo Tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982.

OLIVEIRA, F. de. As contradições do ão: globalização, nação, região, metropolização. In: DINIZ, C.C.; CROCCO, M. (Orgs.). **Economia Regional e Urbana**: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da Nação**. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

PANDOLFO, C. **Amazônia Brasileira**: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras. Belém: CEJUP, 1994.

PROST, C. Urbanização de risco no Trópico Úmido. In: CASTRO, E. (Org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, 1977.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. Da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec; USP, 1978.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, R. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SAWYER, D. Urbanização da fronteira agrícola no Brasil. In: LAVINAS, L. (Org.). **A urbanização da Fronteira**. Rio de Janeiro: Publitur/UFRJ, 1987. (Série Monográfica, 5, v.1)

TRINDADE Jr., S.-C. da; AMARAL, M. D.; SANTOS, E. R. C. Estado, políticas urbanas e gestão do espaço na orla fluvial de Belém. In: CASTRO, E. (Org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006.

Texto submetido à Revista em 24.02.2012
Aceito para publicação em 02.06.2012